

Para: **Todas as Unidades de Saúde de Ilha e Centro de Oncologia dos Açores**

Assunto: **Autorização para Prestação de Trabalho Extraordinário - Procedimentos**

Fonte: **Direção Regional da Saúde**

Contacto na DRS: **divisão de apoio jurídico e recursos humanos**

Class.:C/T.2013/3;C/P.2013/23

Considerando que, em relação aos pedidos de autorização de prestação de trabalho extraordinário, não se tem verificado uma total adequação e uniformidade de procedimentos na instrução dos respetivos processos;

Considerando que essa adequação e uniformidade são determinantes, quer na celeridade da análise desses processos, quer no seu eficaz tratamento em termos gestionários por parte deste departamento;

Considerando que a prestação de trabalho extraordinário deve limitar-se ao estritamente necessário, ou seja, quando as necessidades do serviço imperiosamente o exigirem;

Considerando o regime organizador de trabalho extraordinário a prestar por médicos em serviços de urgência ou de atendimento permanente, constante do Decreto Legislativo Regional nº 16/2013/A, de 14 de outubro;

Transmite-se o seguinte, em relação a trabalho extraordinário de trabalhadores cuja autorização recaia na esfera de competências deste departamento, quer de Sua Excelência, o Secretário Regional da Saúde, quer do Sr. Diretor Regional da Saúde:

- 1- Todos os pedidos de autorização de prestação de trabalho extraordinário ou suplementar, sob a forma de previsão, devem ser remetidos previamente à sua prestação, de forma atempada, devendo dar entrada nesta direção regional, impreterivelmente, até ao dia 15 do mês anterior àquele a que respeitam;
- 2- Quanto aos pedidos de autorização de trabalho extraordinário ou suplementar respeitantes a horas efetivamente prestadas que ultrapassem as previsões anteriormente remetidas nos termos do número anterior, devem dar entrada nesta direção regional, impreterivelmente, até ao dia 15 do mês seguinte àquele em que foram prestadas;
- 3- A não observância dos prazos indicados nos nºs 1 e 2 implica a não apreciação dos respetivos processos.
- 4- Todos os pedidos de autorização de prestação de trabalho extraordinário, devem ser apresentados separada e individualmente, por cada um dos meses a que digam respeito, quer seja sob a forma de previsão, quer seja sob a forma de horas efetivamente prestadas.



- 5- Todos os pedidos de autorização de prestação de trabalho extraordinário devem ser instruídos obrigatoriamente com os seguintes elementos instrutórios: Mapa e Nota Justificativa.
- 6- Do Mapa - de modelo obrigatório que se anexa, e que deve ser remetido em formato eletrónico - constam, devida e integralmente preenchidos, campos com os seguintes elementos:
- a) Nomes, carreiras, categorias e postos de trabalho dos trabalhadores que se prevê que venham a prestar trabalho extraordinário no mês em referência, agrupados por centros de saúde e por carreiras;
 - b) Remuneração base dos trabalhadores que se prevê que venham a prestar trabalho extraordinário no mês em referência, cujo montante exceda um terço da respetiva remuneração base – apenas estes devem constar do Mapa, pois a prestação de trabalho extraordinário que não atinja esse limite é da competência do respetivo Conselho de Administração;
 - c) Informação quantificada sobre expectativas de ultrapassagem dos limites remuneratórios legais objeto da Circular Normativa nº 24/2005, de 10 de novembro, da Direção Regional da Saúde;
 - d) Havendo situações em que a remuneração base de referência para efeitos de prestação de trabalho extraordinário seja diferente, a mesma deve também constar em campo próprio, identificado como tal;
 - e) Montante que se prevê que cada um dos referidos trabalhadores venha a auferir superior a um terço da respetiva remuneração base, em regime de trabalho extraordinário no mês de referência;
 - f) Montante total que se prevê que cada um dos referidos trabalhadores venha a auferir em regime de trabalho extraordinário no mês de referência;
- 7- No caso do trabalho extraordinário prestado por médicos em serviços de urgência ou de atendimento permanente, constam do Mapa campos que permitem ver de forma clara e objetiva o número de horas e respetivos valores correspondente a cada um dos limites e regimes a que aludem, respetivamente, os artigos 1º e 2º do Decreto Legislativo Regional nº 16/2013/A, de 14 de outubro;

NOTAS COMUNS:

- Apenas devem constar do Mapa referências a previsão de trabalho extraordinário e horas efetivamente prestadas, e não a qualquer outro regime de trabalho, nomeadamente regime de prevenção, por neste caso o seu processamento recair na esfera de competências do respetivo Conselho de Administração.
- Apenas devem constar do Mapa referências a trabalhadores em relação aos quais a competência para autorização de prestação de trabalho extraordinário recaia em Sua

Excelência o Secretário Regional da Saúde ou no Sr. Diretor Regional da Saúde – excluindo-se assim, do Mapa, o pessoal contratado.

- 8- Quanto à Nota Justificativa, deve ser um documento autónomo ao Mapa, de onde conste a fundamentação, o mais pormenorizada e circunstanciada possível, do trabalho extraordinário que se prevê que venha ser prestado, ou tenha sido efetivamente prestado, por cada um dos trabalhadores e agrupado por cada uma das carreiras, com os seguintes elementos:
- a) Identificação do respetivo serviço, setor área e/ou local;
 - b) Identificação o mais precisa possível da situação ou situações de fato que levam a prever a realização de trabalho extraordinário;
 - c) Identificação das funções ou tarefas a desempenhar.
- 9- As orientações a que se referem os números anteriores da presente Circular são vinculativas para os pedidos efetuados a partir do mês de outubro de 2013, inclusive.
- 10- Considerando que o artigo 4º do Decreto Legislativo Regional nº 16/2013/A, de 14 de outubro – diploma legal aplicável apenas a pessoal médico - determina que os seus efeitos retroagem a 1 de janeiro de 2013, devem os serviços proceder, de imediato, à reanálise do trabalho extraordinário já prestado por médicos em serviços de urgência ou de atendimento permanente, até ao passado mês setembro inclusive, com vista a ajustamentos que haja que efetuar, e que, por isso, careçam de autorização ao nível deste departamento, por ultrapassagem dos montantes inicialmente autorizados, considerando os limites e regimes a que aludem, respetivamente, os artigos 1º e 2º do referido Decreto Legislativo Regional.
- 11- Para efeitos do número anterior, devem os serviços ter em conta o período de referência de seis meses a que alude a parte final do nº 1 do artigo 1º do Decreto Legislativo Regional nº 16/2013/A, de 14 de outubro.
- 12- São revogadas as Circulares Normativas nº 2/2001, de 9 de janeiro e nº 9/2010, de 11 de maio, ambas da Direcção Regional da Saúde.

O Diretor Regional

Armando Leal Almeida

Anexo: mapa tipo